

Johann Gottlieb Fichte encerra seu célebre ensaio *Por uma Universidade Orgânica* conclamando o corpo científico de sua pátria a “prosseguir sem cessar para organizar a educação da nação, ... rumo à clareza e independência do espírito”. Segundo o célebre filósofo alemão, neste empenho, a intelectualidade “prepara a renovação de todas as relações humanas e a torna possível.”

Passaram-se dois séculos das reflexões de Fichte, e permanece tão indispensável quanto então uma educação que se dirija ao esclarecimento e busque contribuir na faina emancipatória do povo. Pois ao longo dos seus treze anos, *Cadernos de Educação* tem buscado incessantemente dar publicidade a contribuições significativas à educação brasileira, atentos, sempre, ao papel que nos cabe como agentes de mudança social. Para tanto, temos procurado apresentar textos de pensadores nacionais, acompanhados, sempre, de expressivas contribuições de autores internacionais para, com eles, retomar nossas próprias reflexões.

Assim, no presente número 25, trazemos duas importantes contribuições internacionais nos textos de Thomas Pedroni e Ricardo Donaire. No primeiro, Pedroni propõe-se a avaliar o atual debate entre pós-estruturalistas e outros teóricos críticos a respeito de assuntos como agência, identidade, natureza do poder e do estado e significados e possibilidades das políticas emancipatórias. Demonstra, então, que a conversa entre essas diferentes linhas de pensamento, embora algumas vezes caracterizada pela polêmica e pelo desentendimento, tem sido indubitavelmente produtiva. No segundo artigo internacional, Donaire problematiza a existência de um processo de proletarização entre os docentes na Argentina. O autor visa analisar, por exemplo, o peso destes trabalhadores na sociedade, seu grau de assalariamento, a existência de desempregados entre eles, sua extração social e seu salário em relação a seu nível de qualificação, como indicadores para determinar a posição dos docentes na estrutura social, com relação à propriedade sobre suas condições de existência.

“O processo de reestruturação capitalista, a ‘modernização’ do Estado brasileiro e as políticas educacionais dos anos 1990” é o texto que escolhemos para abrir o conjunto de reflexões de autores nacionais. Adriana Duarte descreve e analisa o processo de reestruturação capitalista vivenciado nas três últimas décadas do século XX, a partir do referencial da Escola Francesa de Regulação e os reflexos desse processo nas mudanças operadas no modelo de Estado keynesiano. Analisa, ainda, as implicações dessa crise para a realidade brasileira e as propostas de enfrentamento da crise, por meio do projeto de modernização do Estado.

Mirando a educação que ocorre fora da escola, mas não necessariamente separada da escola, Maria Clara Fischer e Clair Ziebell apresentam um estudo a partir da relação

trabalho e educação, abordando a investigação da produção e socialização de conhecimentos advindos da prática social, a partir de reflexões que nascem de saberes de mulheres envolvidas em atividades de gestão de uma outra economia.

Dentro do amplo espectro temático que Cadernos de Educação se propõe cobrir, publicamos um texto que, de alguma forma, nos leva ao interior da reflexão curricular. “Currículo-movimento: experimentações e criações no território da prática curricular”, de Marlucy Paraíso, analisa o fazer curricular de três professoras para acompanhar os seus movimentos. Utiliza conceitos retirados das produções de G. Deleuze & F. Guattari e procura cartografar as “linhas de fuga” pelas quais se pode experimentar e explorar um outro currículo.

Na seqüência, num campo bem diverso, Antonio Julio de Menezes Neto debate conceitos acadêmicos e a militância política de Pierre Bourdieu, afirmando que o sociólogo francês sempre marcou sua obra pelo inconformismo e procurou saídas na militância, negando, assim, as leituras restritivas de Bourdieu que o caracterizam unicamente como reprodutivista ou elaborador de métodos acadêmicos de investigação.

A seguir, Simone Anadon e Maria Manuela Garcia conduzem-nos ao campo da História da Educação. “Trabalho escolar e docente nos discursos oficiais na revista Nova Escola” é um estudo que problematiza as formas como o trabalho escolar e docente e a identidade docente do ensino fundamental vêm sendo interpelados pelos discursos veiculados na revista “Nova Escola” na última década do século XX.

Continuando a montagem do mosaico temático da educação, damos a público o texto de Carlos Frederico Loureiro que problematiza as perspectivas funcionalistas e organicistas da Educação Ambiental, bem como as inseridas no pragmatismo ambientalista, que tendem a diluir os aspectos políticos e culturais inerentes à complexidade ambiental e à educação, estabelecendo uma unidade abstrata entre sociedade e natureza. Tal reflexão crítica é feita à luz de um referencial teórico inserido na tradição pedagógica emancipatória e transformadora, relevante para um fazer educativo que enfatize a participação cidadã, a ressignificação do ambiente e a transformação societária, enquanto princípios indissociáveis do processo de requalificação do humano na natureza. Ainda no campo da reflexão a partir da educação ambiental, Maria Beatriz Bernardes, Valéria Nehme e Marlene Colesanti refletem sobre a importância do ensino de Geografia. A proposta é conceituar meio ambiente, estabelecendo sua relação com a educação ambiental e o ensino de geografia.

Entrando na área das novas tecnologias, duas reflexões foram selecionadas. Thiago Firmino de Lima discute a função dos computadores e das chamadas tecnologias de

inteligência. Trata-se de uma revisão crítica da literatura educacional que busca dar suporte aos profissionais da área de educação sobre como utilizar o computador em suas práticas de ensino, sem ocorrer a subutilização; visa ainda fazer com que esta prática seja coerente com sua prática de ensino, proporcionando aprendizado tanto ao aluno quanto ao professor. No artigo de Rosalia Fresteiro e Ricardo Méndez, o destaque é para a prática experimental na formação do estudante de Arquitetura, como criadora de uma experiência sensível e cognitiva básica que pode repercutir positivamente na produção intelectual do aluno e no seu engajamento no curso.

Por fim, Luciana Marques, Cristina Toledo e Gabriela Meireles apresentam estudo que objetiva desvelar os sentidos do termo “inclusão” nos Cursos de Pedagogia das Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais (IFES Mineiras). Ao desvelar estes sentidos, percebem que, diferentemente do paradigma inclusivo, a atuação pedagógica mantém-se voltada para a normalidade.

Resta-nos ainda um pedido de excusas. Não publicamos neste número, conforme vimos fazendo desde a edição n.13, a tradução do clássico texto educacional de John Locke. Tal fato deve-se a fatores alheios à nossa vontade. Assim que seja possível, estaremos dando continuidade à tarefa a que nos propusemos.

Publicando textos de autores brasileiros e internacionais, numa ampla variedade temática no interior do campo educacional e, acima de tudo, respeitando a pluralidade das correntes teóricas que enriquecem contemporaneamente o uso público da razão, acreditamos estar dando nossa parcela de contribuição “para organizar a educação da nação, ... rumo à clareza e independência do espírito”.

A todos, desejamos uma leitura crítica e prazerosa.